

Ex-juiz

Moro nega concorrer em 2026 e diz que apoiará nome contra Lula



Sérgio Moro no Senado; parlamentar afirmou que o julgamento do Tribunal Superior Eleitoral foi 'unânime, técnico, independente'

Absolvido na Justiça Eleitoral, senador aponta Caiado, Tarcísio e Zema como possíveis adversários do petista

VICTOR OHANA
BRASÍLIA

Após ter sido absolvido pelo Superior Tribunal Eleitoral (TSE), o senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) afirmou ontem que não tem planos para disputar o Palácio do Planalto em 2026 e apoiará um projeto para derrotar o PT do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ex-juiz da Operação Lava Jato disse que pretende estar ao lado de um dos governadores cotados para concorrer daqui a dois anos: Ronaldo Caiado (União Brasil), de Goiás; Tarcísio de Freitas (Republicanos), de São Paulo; ou Romeu Zema

(Novo), de Minas.

Em entrevista à imprensa um dia após o resultado de seu julgamento na Justiça Eleitoral, o parlamentar declarou que seu foco é o Senado e vai continuar na oposição ao governo Lula. "Sempre fui e sempre serei oposição ao governo Lula. Em 2026, estarei defendendo um projeto para derrotar o PT. Temos um plano no União Brasil com o governador Ronaldo Caiado. Meu plano em 2026 é apoiar um candidato", disse ele.

Anteontem, por unanimidade, o TSE rejeitou recursos do PT e do PL que pediam a cassação do senador, o que o livrou de oito anos de inelegibilidade. A Corte concluiu que não houve abuso nos gastos da campanha de 2022 e não ficou comprovado que Moro usou a pré-candidatura ao Planalto para ter mais visibilidade na disputa pelo Senado. Ele já havia sido absolvido pelo Tribu-

nal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). PL e PT não vão apresentar recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF).

BOLSONARO. Para Moro, o TSE fez um "julgamento técnico" e rejeitou acusações "falsas e mentirosas". afirmou também que não tem mantido contato com o ex-presidente Jair Bolsonaro, mas fez um agradecimento ao ex-chefe do Executivo pela tentativa de desmobilizar recursos do PL no processo na Justiça Eleitoral.

"O presidente Bolsonaro e, diga-se, a bancada dos senadores do PL pediram que não fosse interposto nenhum recurso ou que houvesse desistência (da ação contra ele). Infelizmente, lideranças locais, mais especificamente (os deputados) Paulo Martins e Fernando Giacobbo, não acolheram o pedido do presidente Bolsonaro", frisou o parlamentar.

Moro declarou também que

"Sempre fui e sempre serei oposição ao governo Lula. Em 2026, estarei defendendo um projeto para derrotar o PT. Tendo outros candidatos à frente para buscar a Presidência, como o governador Ronaldo Caiado, talvez o governador Tarcísio (de Freitas), talvez o governador Romeu Zema"

Sérgio Moro (União Brasil-PR)
Senador

"boatos" sobre uma eventual cassação foram "exagerados". "O TSE, ontem (anteontem), no julgamento unânime, técnico, independente, rejeitou as acusações falsas e mentirosas que foram feitas buscando a cassação do meu mandato."

O senador relembrou o período em que atuou como juiz da Operação Lava Jato e afirmou que, "durante quatro anos, a lei foi aplicada no País, mesmo frente a pessoas poderosas". "Diziam que era impossível combater no Brasil a grande corrupção e acabar com a impunidade. E nós fizemos a Lava Jato, produto, sim, das instituições brasileiras, mas em relação ao qual eu tive uma participação relevante."

MINISTÉRIO. Na sequência, Moro recordou sua passagem pelo Ministério da Justiça do governo Bolsonaro e atribuiu a queda no número de assassinatos à sua gestão. "Falavam que, se nós isolássemos as lideranças do crime organizado, iriam fazer com que o País ficasse de pernas para o ar. Pois bem, nós fizemos, isolamos as lideran-

Partidos
Autores das ações contra Moro, PT e PL não vão apresentar recursos ao Supremo Tribunal Federal

ças do PCC (Primeiro Comando da Capital) em presídios federais de segurança máxima, acabamos com a comunicação deles com o mundo externo não monitorado", disse.

O senador também citou a sua vitória como senador, nas eleições de 2022, e relatou que havia sido aconselhado a disputar o pleito no Paraná para deputado federal. "Muita gente dizia que era impossível ser eleito naquele cenário de polarização entre Lula e Bolsonaro como candidato independente, mas fui lá e ganhamos a eleição", afirmou. "O julgamento (na Justiça Eleitoral) se insere nesse cenário. Muitos afirmavam que era impossível a preservação do meu mandato, que eram favas contadas."

Questionado sobre os recentes embates entre o Legislativo e o Judiciário, o senador defendeu o fim do que chamou de "espírito de revanchismo" e "polarização exacerbada". ●

Lava Jato

Fachin arquiva inquérito sobre Renan e Jucá, delatados por Marcelo Odebrecht

PEPITA ORTEGA

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou um inquérito da Lava Jato que apurava suspeita de pagamento de R\$5 milhões em propinas, pela Odebrecht, para o ex-senador Romero Jucá (RR) e para o senador Renan Calheiros (AL), ambos do MDB. Em troca, os dois

atuariam na aprovação de uma Medida Provisória, em 2013.

O despacho de Fachin foi assinado na segunda-feira e publicado na terça, mesmo dia em que o ministro Dias Toffoli derrubou todos os atos da Lava Jato contra o empresário Marcelo Odebrecht, que fez acordo de delação premiada. O inquérito sobre Jucá e Renan agora arquivado foi aberto com base na colaboração de

Marcelo Odebrecht, cuja delação segue valendo.

O arquivamento acata parecer da Procuradoria-Geral da República. Segundo Fachin, a medida foi determinada em razão da "ausência de interesse do Ministério Público", que se manifestou pelo "esgotamento das linhas de investigação sem corroboração dos fatos investigados" desde 2017.

O parecer da PGR foi apre-

sentado ao Supremo em 25 de abril pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet. Ele destacou que os elementos colhidos na investigação "não são suficientes para o oferecimento de denúncia" e apontou "falta de perspectiva de obtenção de novos elementos" ao lembrar que os fatos narrados remontam a 2014. Assim, disse, há falta de "justa causa" para eventual ação penal.

TOFFOLI. Gonet citou Toffoli, ao mencionar a decisão do ministro que anulou todas as provas obtidas a partir do acordo de leniência da Odebrecht e as informações recolhidas dos sistemas Drousys e MyWeb-

Day, usados no setor de propinas da empresa. "Não são hábeis a elucidar a prática do crime de corrupção passiva." Para Gonet, apesar de os relatos esclarecerem a "estrutura ilícita e seu uso para lavagem de

Decisão
Despacho foi assinado um dia antes de Toffoli derrubar todos os atos da Lava Jato contra o empresário

dinheiro e pagamento de propinas", eles "não contribuem para a confirmação das informações relativas aos supostos pagamentos aos investigados". ●